



Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia

Márcia Maria TAIT LIMA

Vanessa BRITO DE JESUS



RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir o papel da mulher no desenvolvimento do pensamento agroecológico no Brasil, o qual se apresenta como uma proposta que alia ciência, tecnologia e movimento social, orientada por premissas éticas e epistemológicas, nas quais são centrais as características ambientais, a pluralidade cultural, o respeito aos diferentes povos, assim como a não exploração nas relações de trabalho e comercialização. Embora ele seja um pensamento progressista, ainda comporta reprodução da desigualdade de gênero, o que tem aparecido em diversos debates dentro do próprio campesinato, nos ambientes de militância e acadêmicos brasileiros. A agroecologia e, de forma mais ampla, a agricultura familiar sempre tiveram a participação significativa das mulheres. Porém, apenas há pouco mais de duas décadas o trabalho feminino na agricultura familiar e também na agroecologia tem sido desconsiderado proporcionalmente a sua real contribuição. Nesse sentido, discutiremos que não existe agroecologia sem feminismo, pois são mulheres que ocupam posições centrais e sustentam vários tipos de resistência ao modelo convencional de produção agrícola, com a organização de movimentos sociais agroecológicos e práticas associativas de produção. A relação aparentemente paradoxal entre as relevantes contribuições das mulheres e a negação das questões de gênero na agroecologia será discutida buscando estabelecer diálogos entre o pensamento agroecológico das mulheres e a perspectiva feminista.

PALAVRAS-CHAVE • Tecnologia. Agroecologia. Gênero. Resistência.

INTRODUÇÃO

Em 2010, a Organização das Nações Unidas, por meio de seu Conselho de Direitos Humanos, publica o relatório elaborado por Olivier De Shutter sobre direito à alimentação, no qual afirma a agroecologia como modelo de desenvolvimento agrícola capaz não apenas de viabilizar o acesso ao alimento saudável, mas também de garantir a sustentabilidade econômica de pequenos agricultores ao redor do mundo.

Nesse documento, a agroecologia é apresentada tanto como uma ciência quanto como um conjunto de práticas agrícolas: enquanto ciência “é a aplicação da ciência ecológica ao estudo, desenho e manejo de agrossistemas sustentáveis” e, enquanto

prática, “procura sempre melhorar sistemas agrícolas por meio da imitação de processos naturais, criando interações e sinergias biológicas benéficas entre seus componentes” (Shutter, 2010, p. 6).

As repercussões desse reconhecimento público em nível mundial podem ser observadas na força que países da América Latina obtiveram para fomentar a elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas para a produção agroecológica. No caso do Brasil, por exemplo, o termo aparece na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural de 2003 e foi contemplado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) nesse mesmo ano, embora nunca tenham sido executados. Somente em 2012 a agroecologia ganha força com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, gerado a partir de mobilização de movimentos sociais camponeses, com o intuito de fomentar o “desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e oferta e consumo de alimentos saudáveis” (Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica, 2013, p. 15).

A força motriz para o desenvolvimento de alternativas de um modelo de agricultura que vá ao encontro do que tem proposto a ONU, por exemplo, está embasado nos cenários ambiental, social e econômico vivenciados na América Latina, conhecida como a “região mais desigual do mundo” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010, *on line*). O Brasil, em especial, ainda tinha, em 2010, cerca de 64 milhões de brasileiros sem acesso simultâneo a serviços melhorados de água, rede de esgoto coletora ou fossa séptica, eletricidade e coleta de lixo (cf. Glass, 2011, *on line*) e 35% de toda a produção agrícola vai para o lixo (cf. Carvalho, 2009, p. 50). Segundo outras fontes oficiais, como os dados do Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (cf. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013, *on line*), a renda per capita mensal dos brasileiros entre 1991 e 2010 teve um ganho de R\$ 346,31, porém o maior índice de desenvolvimento humano municipal do país apresenta renda per capita 21 vezes maior que a renda per capita do mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do país. Com informações geradas a partir do Censo Agropecuário de 2006, França (cf. 2009, p. 26) posiciona a agricultura familiar como segmento que congrega 4,3 milhões de propriedades geridas pela unidade familiar, algo em torno de 12,3 milhões de pessoas, responsável por 70% da produção hortifrutigranjeira consumida pelas famílias brasileiras, sendo responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo.

No entanto, a população rural ainda se encontra na faixa dos “extremamente pobres” ou “pobres”. Dados divulgados por meio do documento intitulado Comunicado IPEA mostram que 36% das famílias que residem em meio rural são consideradas ex-

tremamente pobres, sendo 21% enquadradas na categoria pobre. Na análise dos autores, sair dessa condição implica em superar os “principais obstáculos à emancipação produtiva” que são “o pequeno tamanho de suas terras e a disponibilidade de insumos, especialmente de água, assistência técnica e a venda da produção” (Ipea, 2011, p. 10).

Mas de que emancipação produtiva estamos falando? Entendemos que esta questão é um problema que pode ser pensado a partir dos estudos sociais da ciência e da tecnologia e dos estudos feministas da ciência e da tecnologia, pois como e quem acessa conhecimento tecnocientífico são temas fundamentais para compreender a complexidade e a viabilidade da organização agroecológica.

Não há dúvidas de que a agroecologia é uma proposta complexa. Não porque exija práticas agrícolas difíceis, mas porque requer mudanças paradigmáticas. A agroecologia é ação, reflexão e transformação. Suas bases epistemológicas vão ao encontro com o que tem sido postulado como modelo viável de agricultura e como um modelo de negócio exitoso (destacando sempre os altos índices de produtividade do agronegócio e sua importância para exportação e balança comercial), que se sobrepõem aos reais e/ou potenciais malogros socioambientais. Encontra em outros setores marginalizados pelo sistema capitalista o encorajamento necessário para constituir-se em um movimento social, que problematiza a necessidade de promover a soberania alimentar dos povos, a preservação do meio ambiente e o papel de minorias enquanto protagonistas de uma mudança radical.

Em comum com outros segmentos da sociedade civil organizada, realiza a crítica da tecnologia convencional e coloca a participação social de seus principais agentes como força propulsora de uma mudança paradigmática. Os movimentos sociais, como o de economia solidária, dos catadores de resíduos sólidos ou pelo *software livre*, por exemplo, possuem propostas que compartilham valores com o movimento agroecológico, no que se refere principalmente à crítica da lógica do desenvolvimento em curso. Essa crítica aponta para uma reavaliação do papel e da natureza da tecnologia, visando a transformação de sua lógica proprietária, privativa e mercantilizada, impermeável a aspectos de equidade social e sustentabilidade ambiental.

A agricultura familiar camponesa tem na agroecologia um modelo mais adequado de desenvolvimento rural do que no modelo que tem vivenciado, que, por meio de pacotes tecnológicos, restringe e inviabiliza em muitos níveis a sustentabilidade da agricultura protagonizada por famílias, em pequenos lotes de terra e com dificuldades de acesso a créditos fundiários. Historicamente, a organização produtiva familiar dispõe de poucos recursos, tem restrições para potencializar suas forças produtivas e, como afirma Wanderley, “é profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco” (Wanderley, 1996, p. 7). Essa característica aglutinadora potencializa a organização social campesina em torno da proposta agroecológica.

A agroecologia é considerada tanto um campo científico quanto uma prática tecnológica e um movimento social (cf. Toledo, 2016; Wezel *et al.*, 2009; Altieri, 2012; Gliessman, 2002; Shutter, 2010). No Brasil, no meio campesino e de militância e mesmo no meio acadêmico surgiram recentemente vários debates que apontam certa reprodução – em maior ou menor grau – da desigualdade de gênero, entendida como funcionamento social da categoria gênero enquanto mecanismo que permite e legitima discriminações, opressões e desigualdades baseadas na diferenciação entre homens e mulheres, de forma desfavorável às mulheres. Essa reprodução, em certo sentido, é coerente com a própria noção de agroecologia. Como apresentado por Wezel e colaboradores, que observaram o desenvolvimento histórico do conceito em países como Alemanha, Estados Unidos, França e Brasil, o contexto ambiental, social e econômico no qual a agroecologia se desenvolve acaba por defini-la. Como mostram os autores, “a fundação da agroecologia foi estabelecida no Brasil a partir de vários tipos de movimentos, baseados em práticas tradicionais de agricultura e não na ciência” (Wezel *et al.*, 2009, p. 5). Logo, um olhar minucioso sobre os estudos no campo agroecológico detecta como questões de classe, raça e gênero influenciam no desenvolvimento do conceito no país. Ao mesmo tempo, percebe-se como os estudos conduzidos pelas universidades e centros de pesquisa precisam tecer as pontes entre a percepção da agroecologia como ciência e as demais percepções para avançar no debate.

É esse olhar que nos leva a perceber como a questão de gênero carece de maior reflexão e debate. A partir das leituras, acompanhamento de debates e participações em eventos constatamos que muitos discursos argumentam que a agroecologia não deveria preocupar-se com questões de gênero. Observando a relevância que esse argumento pode ter no debate agroecológico brasileiro, propomo-nos a desconstruí-lo, ao aportar-lhe uma percepção feminista. Assim, neste artigo, debateremos agroecologia e gênero a partir de dados gerados em pesquisas conduzidas pelas autoras (cf. Jesus, 2014a, 2014b; Lima, 2015a, 2015b), indicando como a relação entre gênero, meio ambiente e agricultura é solo fértil para pensar-agir em prol dos feminismos como expressão de uma emancipação produtiva libertária, em prol de um futuro na direção de uma ética comum implicada com uma noção de bem viver compartilhado, em que a qualidade de vida humana considere a interdependência e a ecodependência (cf. Herrero, 2014; Orozco, 2014).¹

Antes de trabalhar a questão de gênero e a agroecologia discutiremos brevemente como o conhecimento e a tecnologia estão vinculados às relações que se estabelecem

¹ A *ecodependência* implica o entendimento dos seres humanos como uma entre outras espécies que habitam a Terra e que também dependem da natureza para suas necessidades básicas – comida, água, energia, minerais, abrigo; somos, na verdade, natureza. A *interdependência* implica o entendimento dos seres humanos como dependentes, física e emocionalmente, do tempo de outras pessoas durante todo seu processo de vida, principalmente na infância e velhice, como “seres encarnados em corpos vulneráveis que adoecem e envelhecem” que não poderiam viver se não fossem mulheres majoritariamente (devido à divisão sexual do trabalho que impõem o patriarcado) que dedicam seu tempo e energia para cuidar de nossos corpos (cf. Herrero, 2014).

pelas mulheres e sobre as mulheres na agroecologia. Tanto a perspectiva de gênero e feminista na agroecologia quanto a crítica à tecnociência contemporânea incorporada na agricultura trazem elementos que reforçam a noção de não neutralidade do conhecimento científico, em prol de outras noções de produção de conhecimentos e tecnologias socialmente relevantes. As práticas das mulheres agricultoras na agroecologia mostram componentes de uma forte relação entre visão de mundo e construção de conhecimentos a partir da interação com o espaço rural e a natureza, o fazer e os trabalhos realizados no espaço doméstico e produtivo. A produção-reprodução das condições de vida e das concepções sobre a vida configuram-se com um mesmo conjunto material-simbólico indispensável para a produção de formulações epistêmicas a partir da práxis específica dessas mulheres ou formulações epistêmicas situadas. Nos próximos itens trataremos mais elementos destas formulações.

1 TECNOLOGIA E AGROECOLOGIA

Toledo (2016), ao discutir o trabalho de Wezel e colaboradores (2009), sintetiza os pilares do conceito de agroecologia pontuando que

(...) constitui um novo paradigma científico (...) pois representa um salto epistemológico e metodológico que propicia novas maneiras de fazer ciência; também é uma prática. Ou seja, ela envolve inovação tecnológica e prática. No entanto, não se trata de uma inovação tecnológica que surge em centros de pesquisa e depois é repassada para os agricultores. A inovação tecnológica na agroecologia resulta tanto do conhecimento tradicional camponês quanto do conhecimento acadêmico. Finalmente, a agroecologia também é um movimento social. Isso fica claro, por exemplo, nos congressos e encontros de agroecologia que, basicamente, consistem em oportunidades para a reunião de acadêmicos, gestores públicos e representantes de organizações de agricultores e movimentos sociais (Toledo, 2016, p. 43).

Notamos que essa síntese de Toledo apresenta a agroecologia por oposição ao modelo de desenvolvimento agrícola vigente, que se orienta, desde a chamada “revolução verde”, por um progresso tecnológico formatado em pacotes cognitivos marcados pela mercantilização da natureza e do conhecimento. Nesse sentido, Peterson afirma que

a noção de progresso técnico, entendido como o aporte intensivo de insumos e equipamentos industriais nos sistemas de produção, passou a prevalecer e atuou como elemento decisivo para a penetração do capital na agricultura em detrimento do trabalho agrícola moldado culturalmente segundo as peculiaridades dos ecossistemas locais (Peterson, 2013, p. 71).

Essa problematização tem origem no pressuposto da neutralidade da ciência e da tecnologia, de que ciência e tecnologias podem ser utilizadas como “ferramentas” em diferentes contextos e por distintos atores sociais sem maiores implicações do ponto de vista da adequação, pertinência ou valores incorporados. Um modo de pensar e/ou discursar sobre ciência e tecnologia que ainda demonstra um forte comprometimento com noções de “saber verdadeiro” e “saber universal”. Para Dagnino, a neutralidade da ciência e da tecnologia (C&T), ou tecnociência, está alicerçada na ideia de que elas são herméticas ao contexto no qual são geradas:

mais que isso (...), ao entender o ambiente de produção científico-tecnológico como separado do contexto social, político e econômico, essa ideia torna impossível a percepção de que os interesses dos atores sociais envolvidos com o desenvolvimento de C&T possam determinar sua trajetória (Dagnino, 2008, p. 39).

O autor diferencia a crítica “fraca” e a crítica “forte” à neutralidade. A crítica forte é explicada como aquela que vai além do reconhecimento da tecnociência enquanto construção social (que no seu processo de construção incorpora valores, crenças e interesses dos atores que dele participam) ao afirmar que o conjunto incorporado define o projeto sociotécnico e suas finalidades de tal forma que uma tecnologia não poderia ser simplesmente utilizada ou adaptada para uso de acordo com finalidades, projetos ou formas de organização distintas. Tomemos como exemplo o papel da indústria bioquímica no desenvolvimento de sementes de grãos mais resistentes a doenças e pragas. Em uma lavoura de determinadas variedades de milho, a semente é geneticamente modificada para resistir às doenças, o que a faz demandar um preparo diferenciado do solo, com fertilizantes e defensivos químicos específicos que deveriam “proteger” a semente e “facilitar” seu manejo. Esses produtos, por sua vez, requerem outros tratamentos químicos que, devido à alta toxicidade de seus componentes, podem causar fortes dores de cabeça e tonturas após seu manuseio. No entanto, a própria indústria química desenvolveu um remédio para sanar esses efeitos colaterais, como forma de “garantir” a saúde do agricultor. Assim, a mesma indústria que causa o problema “soluciona” esse problema pelo controle do conhecimento tecnocientífico que permeia toda a cadeia produtiva do grão.

A ideia de neutralidade aparece comumente associada também a concepções instrumentais ou deterministas, que se propagam com o sentido de apologia a um tipo de progresso científico que não conhece obstáculos, que tem o poder de direcionar a ação social de modo autônomo, como analisaram autores como, por exemplo, Andrew Feenberg (cf. Neder, 2010). No sentido instrumental, a ideia associa-se à noção de que as aplicações tecnocientíficas (ou o uso da tecnociência) podem ser facilmente controladas, no plano individual e coletivo, pelas preferências dos homens e mulheres e que elas seriam positivas e responsáveis pelo progresso coletivo. Já no sentido

determinista, tem-se a noção de que o desenvolvimento tecnocientífico é autônomo, linear e inexorável, capaz de conduzir a humanidade a patamares cada vez maiores de desenvolvimento econômico e social.

Segundo Dagnino, essas concepções estão presentes tanto no pensamento assumidamente capitalista e liberal quanto no pensamento de esquerda associado ao que ele denomina marxismo ortodoxo. Seria uma espécie de componente oculto aos modelos de política tecnocientífica, inclusive naqueles que se encontram ideologicamente em campos opostos. No caso do pensamento de esquerda, esse componente oculto acaba inibindo e inviabilizando projetos de transformação quando não se assume que “a tecnociência não é uma ferramenta capaz de ser usada para qualquer projeto político ou regime social” (Dagnino, 2014, p. 34). A aceitação da neutralidade da tecnociência pode ser interpretada como parte fundamental do procedimento de redução das visões de mundo, que torna ausentes as experiências potencialmente emancipadoras (Santos, 2007, p. 18-49).

Como vimos, a síntese de Toledo (2016) apresenta a agroecologia enquanto um novo paradigma epistemológico e uma inovação tecnológica, afirmando a não neutralidade tecnocientífica. O desenvolvimento promovido pela agroecologia resulta de estratégias de pesquisa que enfocam os agroecossistemas enquanto unidade de estudo e ultrapassam a perspectiva unidimensional, incluindo as dimensões ecológicas, sociais e culturais. Mais do que isso, a agroecologia implica processos de ressignificação da função e do significado da tecnologia (cf. Jesus, 2014b), como forma de resgate de valores epistemológicos praticados pela tradição campestre pré-revolução verde. Como sustenta a autora, se considerarmos que é a cultura e o conhecimento situado que afezem significado às coisas no mundo social, a tecnologia no âmbito agroecológico passaria pelo processo de esvaziamento de seu contexto original, reduzindo-a somente a suas propriedades utilitárias para, em seguida, atribuir-lhe novo significado, submetido a princípios éticos e estéticos originários de conhecimentos situados de outra esfera cultural.

Não se trata, portanto, de um retrocesso tecnológico, mas de impulsionar seu desenvolvimento com base em novos significados, novos-velhos valores. Na agroecologia, sob o ponto de vista ecológico, o principal objetivo é tornar o agroecossistema capaz de suprir internamente, ou com o mínimo de necessidade de agentes e componentes externos, as demandas por água, nutrientes e sementes. Além disso, a agroecologia está subsidiada por estudos que se baseiam nos métodos tradicionais informados pelo conhecimento local, que resgatam ou mesmo originam tecnologias alternativas. Observando o exemplo do cultivo do milho no modo agroecológico, a semente não é modificada geneticamente, mas adaptada naturalmente, a partir de sua própria carga genética, ao solo, que, por sua vez, é nutrido com matéria orgânica de seu próprio bioma, segundo o controle biológico de pragas.

Entendemos que a natureza da tecnologia agroecológica, nesse sentido, reside nos valores considerados importantes para a perpetuação de um agrossistema. Sobre o assunto, Lacey (cf. 2014, p. 49) afirma que o contexto é crucial para o desenvolvimento agroecológico, haja visto que, ao contrário, por exemplo, da tecnologia para a monocultura, varia de acordo com as características culturais, geográficas e ecológicas de onde se desenvolve. O autor discute as estratégias de produção de conhecimento científico e sua relação com valores sociais e epistêmicos, destacando como a agroecologia deve equalizar a relação entre variáveis cognitivas e o contexto em que se encontra (cf. Lacey, 2010; 2015). Em suas palavras,

(...) a pesquisa científica em agroecologia deve desencadear variedades de estratégias sensíveis ao contexto que possam (entre outras coisas) informar variantes e desenvolvimentos de técnicas tradicionais (informadas por conhecimentos locais e, algumas vezes, indígenas), por exemplo, rotação e diversificação de culturas, controle ecológico de pragas, plantio de policulturas com diferentes variedades e espécies adaptadas, adubos verdes, reciclagem de nutrientes, fertilizantes naturais de fontes localmente acessíveis e seleção de sementes a partir de culturas para plantio futuro. Além disso, ilustrando que o que é importante é o contexto de uso de objetos tecnológicos e quem tem controle sobre seu uso, algumas inovações tecnocientíficas derivadas de estratégias descontextualizadas de pesquisa também podem ter um lugar, enquanto resultado da colaboração entre os principais agentes de inclusão social e técnicos “especialistas” – por exemplo, na sequência de pesquisas recentes sobre “melhoramento participativo” de plantas de cultivo, variedades de milho resistentes à seca foram desenvolvidas usando métodos tradicionais de seleção com a ajuda de técnicas de análise genômica (Lacey, 2014, p. 49, tradução nossa).

2 AGROECOLOGIA E GÊNERO

Consideramos que muitos componentes éticos, políticos e epistêmicos de algumas vertentes teóricas feministas são convergentes com os da agroecologia e que essa convergência pode ser um ambiente adequado para o desenvolvimento de pesquisas que tornem visíveis as diversas maneiras pelas quais as ciências, enquanto parte da cultura, e os conteúdos produzidos em seus diversos campos e disciplinas reforçam hierarquias e negam autoridade epistêmica às mulheres e outros grupos historicamente subordinados (cf. Sardenberg, 2007). Para além de tornar visíveis essas desigualdades, as perspectivas feministas sobre ciência e tecnologia estão preocupadas com a transformação da forma de produzir conhecimento científico, com as noções sobre a constituição desse conhecimento e a sociedade que o envolve (cf. García, 1999; Sardenberg 2007). “O feminismo tem enfrentado desde suas origens o problema de compatibili-

zar análises metacientíficas com compromissos sociopolíticos” e, ao trabalhar com a convergência entre o acadêmico e o ativismo político, tem assumido o compromisso com uma “epistemologia socialmente comprometida” (García, 1999, p. 50-1).

A agroecologia e, de forma mais ampla, a agricultura familiar nunca prescindiram da participação das mulheres; a participação feminina sempre foi significativa e central dentro da organização produtiva agrícola das unidades familiares camponesas. No entanto, apenas há pouco mais de duas décadas o trabalho feminino na agricultura familiar e também na agroecologia tem sido considerado de acordo com sua real contribuição. O enfoque de gênero começa a ser considerado nos estudos rurais depois da década de 1960, mas na realidade começa a ser mais amplamente utilizado apenas nos anos 1980 e 1990.

Atualmente, segundo dados da FAO (2013), o percentual de mulheres agricultoras no Brasil é de 13%, em relação ao universo total de trabalhadores agrícolas. Segundo a entidade, essa participação tem crescido nos últimos anos no Brasil e em toda América Latina. Mas, de fato, esse número não reflete a realidade da participação das mulheres nos trabalhos agrícolas e na produção de alimentos em nosso continente. Essa medição ainda não existe em termos precisos. Para a Via Campesina (2016), por exemplo, as mulheres camponesas produzem de 70% a 80% dos alimentos consumidos pelas famílias mais pobres no mundo. Outros estudos no Brasil, que analisaram programas e políticas específicas, apontam uma participação em torno de 35% nos empreendimentos associativos solidários e em torno de 50% na produção para autoconsumo (cf. Butto & Dantas, 2011, p. 13, 37).²

Alguns elementos permitem pensar que os processos de invisibilização influenciam também os resultados de pesquisas quantitativas e levantamentos estatísticos e, conseqüentemente, o direcionamento das políticas públicas. Adrea Butto e Isolda Dantas afirmam, a partir de levantamento sobre as políticas brasileiras, que, até a década passada, as “políticas de desenvolvimento rural não reconheciam o trabalho das mulheres e o caracterizavam como mera ajuda aos homens”, o que contribui para a naturalização das desigualdades de gênero e para a dependência das mulheres (Butto & Dantas, 2011, p. 16).

Do ponto de vista da prática nos empreendimentos familiares, cooperativas e movimentos camponeses, as mulheres ainda enfrentam resistências e mesmo nesses espaços a questão da ausência das mulheres ainda não foi equacionada. Nalu Faria analisou 267 empreendimentos solidários exclusivos de mulheres rurais, identificados

² Segundo as autoras, foi somente a partir do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, que foi elaborada uma política integral de promoção da igualdade de gênero, na qual se considera também os direitos das trabalhadoras rurais. Nesse mesmo ano, o governo federal lançou o programa “Pronaf Mulher”, com o objetivo de financiar investimentos para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato, entre outras atividades de interesse da mulher agricultora. O Pronaf é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996, após ampla mobilização de agricultores familiares e suas organizações.

no mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) entre 2005 e 2007. Em sua análise, ela aponta algumas características singulares desses grupos, tais como uma gestão menos institucional e mais horizontal e a predominância de empreendimentos para produção de artesanato ou para o beneficiamento de alimentos. A autora afirma que a renda com a produção do quintal e com o trabalho das mulheres nos grupos de produção ainda não é reconhecido. Por isso, tornar visível a contribuição econômica das mulheres seria fundamental para ampliar o debate sobre o trabalho e o caráter androcêntrico das discussões econômicas, inclusive na economia solidária (cf. Faria, 2009, p. 51).

A ausência das mulheres nas pesquisas e estatísticas poderia estar relacionada também com a própria desigualdade em termos de gênero nas áreas de estudos e pesquisas das ciências e engenharias agrárias e nas instituições prestadoras de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), como apontado pelos estudos de Ferro (2014) sobre as concepções e instituições de ATER na Argentina, no Brasil e no Uruguai. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, apenas 30% dos trabalhadores das ATERs brasileiras são mulheres e, assim mesmo, a presença feminina é maior em áreas como assistência social e ciências sociais e menor nas engenharias e áreas tecnológicas (cf. Ferro, 2014, p. 58).

Autoras, militantes e praticantes da agroecologia têm observado que os “problemas de gênero” persistem também nas práticas e abordagens teóricas agroecológicas. Na agroecologia, apesar do reconhecimento crescente da importância das mulheres, nota-se uma situação paradoxal, uma vez que esse reconhecimento não se reflete na incorporação do gênero como uma dimensão importante das dimensões cultural e social, tidas como centrais para a agroecologia. Ao contrário, as questões de gênero ainda aparecem de forma marginal e mesmo menosprezada no movimento como um todo.

Essa situação tem sido exposta principalmente pelas mulheres dos movimentos e empreendimentos agroecológicos, uma vez que essa ausência teórica contribui para a manutenção das desigualdades de gênero na prática da agroecologia. As bases culturais (indígenas e camponesas) da agroecologia e a própria tradição camponesa são usadas por vezes como justificativas para a manutenção de pensamentos e práticas patriarcais e sexistas. Nesse contexto, o lema “não existe agroecologia sem feminismo” busca também visibilizar essa questão. Em 2013, 60 mulheres e organizações divulgaram uma carta aberta,³ na qual descrevem o feminismo como uma teoria crítica e marco interpretativo que permite problematizar aspectos do relacionamento opressivo entre os homens e as mulheres que, em outras teorias, não são considerados significativos ou são vistos como normais.

³ A carta aberta assinada por 60 mulheres e entidades relacionadas com a agroecologia foi dirigida a Francisco Caporal e divulgada em dezembro de 2013. No documento, as mulheres se manifestam em relação a algumas afirmações de Caporal que circularam em grupos de agroecologia e que colocariam a necessidade de “vigilância epistemológica” em relação ao conceito de agroecologia que estaria sendo desvirtuado em enfoques feministas.

(...) A crítica feminista procura denunciar esses fatos, ao mesmo tempo analisando o passado e tentando construir uma utopia para o futuro. A teoria feminista, por ser crítica (não legitimadora da ordem social), tem a obrigação de questionar os sistemas de pensamento existentes à luz dos pressupostos desses mesmos sistemas, mostrando as suas incoerências (...). Assim, concordamos com você quando diz que as culturas indígenas e o campesinato historicamente têm sido patriarcais e machistas. A questão que se coloca é a seguinte: a agroecologia quer continuar cega a essa situação? (Carta aberta, dezembro de 2013).

É importante ressaltar que vários teóricos homens, praticamente os mais citados na agroecologia, a definem como ciência, prática e movimento social que busca transformar as relações estabelecidas entre os seres humanos e destes com a natureza, incorporando o respeito, o cuidado e a solidariedade entre os seres humanos e com a natureza (cf. Caporal & Costabeber, 2004; Guzmán, 2004). Assim, entendemos que a noção de “relação de respeito entre os seres humanos” deveria integrar de forma explícita a questão da autonomia feminina e da construção de espaços de participação igualitários entre homens e mulheres, bem como princípios de valorização da importância feminina em nível simbólico e material. Parece não ter coerência uma ideia de solidariedade e respeito que não esteja implicada também com as causas das mulheres, tais como: espaços iguais (de fala, de participação etc.), rendimentos iguais, poder compartilhado e combate à violência de gênero e ao sexismo.

Outros acontecimentos relevantes que dizem respeito ao tema gênero/agroecologia no Brasil deram-se durante o 3o. Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em maio de 2014 em Juazeiro, na Bahia, que reuniu cerca de 2.100 pessoas, a maioria delas de agricultores e agricultoras. Segundo relato de participantes, a questão feminista ou de gênero ganhou destaque durante todo o encontro. A questão de gênero, na verdade, foi relevante desde a organização do evento, que favoreceu uma participação feminina maior em relação a edições anteriores. Nessa edição, pela primeira vez, foi determinado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) que 70% dos presentes fossem agricultores; e, desse percentual, que pelo menos a metade fosse do sexo feminino:

Eram cerca de 300 mulheres. De todos os lugares do país, todas juntas. Algumas empunhavam faixas, outras batucavam em tambores. Outras, ainda, levavam consigo só o canto, entoado por boa parte das companheiras que ali estavam. Moradoras das áreas rurais Brasil afora, elas pediam a igualdade de gênero e o fim do machismo. Buscavam, acima de tudo, empoderar-se diante de suas próprias famílias e, conseqüentemente, da sociedade, que muitas vezes as exclui de atividades como agricultura, campo e plantio, consideradas masculinas (Anjos, 2009, *on line*).

Na primeira edição do ENA, em 2002, apenas 30% dos participantes eram mulheres (de um total de cerca de 1.120 pessoas). Segundo Siliprandi, nessa edição do encontro houve um GT sobre gênero e “ali não havia nenhum homem participando” (Siliprandi, 2015, p. 146). Então, ela continua afirmando que

houve uma espécie de “revolução das mulheres” (...) [contra o que] elas consideraram um isolamento das suas questões; as que participavam do grupo específico saíram de sala em sala, paralisando as atividades e fazendo um chamamento aos participantes para que, na discussão de todos os temas, fossem incluídos seus pontos de vista. Ao final do ENA, leram uma carta reivindicando atenção às suas questões (Siliprandi, 2015, p. 147).

A autora faz uma síntese da carta, da qual destacamos o acesso à terra e aos recursos naturais (implementação de leis e políticas de fomento); o reconhecimento do trabalho da mulher e de sua contribuição na renda familiar; a formação e capacitação dos agricultores e técnicos (formação em gênero); as pesquisas que permitam a autoidentificação (agricultora, extrativista, quilombola); a ampliação e fortalecimento de políticas públicas para mulheres; a promoção da participação política das mulheres (cf. Siliprandi, 2015, p. 147-8). No entanto, como aponta a análise de Aguiar, Siliprandi e Pacheco (cf. 2009, p. 48), continuaram raras as vezes em que congressos científicos importantes, como o Congresso Brasileiro de Agroecologia e o Congresso Latino-Americano de Agroecologia, incorporaram as relações de gênero como parte das atividades centrais de suas programações.

Por outro lado, nos últimos anos foram produzidas e divulgadas no Brasil numerosas publicações sobre o tema. Essas contribuições ressaltam a importância do trabalho e da militância das mulheres para a agricultura e o movimento agroecológico no Brasil e entre elas pode-se citar: *Mulheres e agroecologia: sistematização de experiências de mulheres agricultoras*, coletânea organizada em 2010 pelo grupo de trabalho mulheres da ANA e pela ActionAid Brasil; “Mulheres construindo a agroecologia”, uma edição especial de 2009 da *Revista Agriculturas* (Pacheco, 2009b); “Pela vida das mulheres e pela agroecologia” (Galvão, 2015); e “Mulheres e agroecologia”, coletânea de estudos de mulheres rurais e gênero publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Hora; Macedo & Rezende, 2015). Além de dar visibilidade ao papel relevante das mulheres enquanto promotoras da agroecologia, essas publicações sublinham que uma teoria agroecológica, que vise à ação emancipatória e igualdade social, deve necessariamente incorporar a questão da subordinação das mulheres rurais, agricultoras e camponesas (cf. Aguiar; Siliprandi & Pacheco, 2009; Siliprandi, 2015; Nobre, 2015; Pacheco, 2009a).

3 AGROECOLOGIA: PRÁTICAS E DIÁLOGOS COM AS TEORIAS FEMINISTAS

Vários exemplos trazidos neste artigo indicam que os procedimentos de silenciamento das vozes das mulheres e de “naturalização” da sua ausência nas políticas e indicadores na agricultura familiar e agroecológica já não são mais aceitos sem questionamentos. As ações e reações dentro do campo da agroecologia fortalecem o entendimento de que ela não pode cumprir seus propósitos como teoria e modelo para a ação emancipatória, se não incorporar as questões da subordinação das mulheres rurais, agricultoras e camponesas (cf. Siliprandi, 2009, 2015; Nobre, 2015).

Durante as discussões realizadas na Cúpula dos Povos em 2012, as atividades e os documentos finais afirmam o feminismo, a agroecologia e a soberania alimentar como os três eixos centrais de “um novo paradigma de sustentabilidade para a vida humana”. No final de 2013, foi criado no Chile o Instituto de Agroecologia das Mulheres do Campo (Iala) pela Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (Anamuri), que reúne cerca de 10 mil mulheres camponesas e indígenas do país. O Iala foi o primeiro instituto da América Latina destinado somente às mulheres.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), um dos mais importantes movimentos de mulheres do Brasil, possui diretrizes para um “projeto popular de agricultura camponesa”. Em suas publicações são reforçadas as relações entre agroecologia, igualdade de gênero e solidariedade. A necessidade de maior participação feminina na construção do processo agroecológico não é colocada apenas como uma questão de paridade, mas principalmente de reconhecimento da singularidade dessa participação e de sua importância para a segurança e a soberania alimentares que envolvem a subsistência, a diversidade agrícola e nutricional e a produção de alimentos livres de contaminação.

A argumentação pela defesa da soberania alimentar baseia-se na prática cotidiana e diária como agricultoras, “donas de casa” e “chefes de família”, que entendem a importância da alimentação diversa e saudável para a sobrevivência e a subsistência. Encontramos essa fundamentação discursiva no site do movimento e em várias publicações, como cartilhas, panfletos e boletins informativos. Também encontramos o mesmo tipo de argumentação nas manifestações e publicações de grupos de mulheres como o GT de Mulheres da ANA já citado, que tem atuado de forma constante no movimento agroecológico brasileiro e na organização dos encontros nacionais.

No site do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil também estão descritas as características do projeto de agricultura camponesa almejado, com igualdade entre mulheres e homens e respeito à natureza, para que

(...) as tecnologias desenvolvidas pelas trabalhadoras e trabalhadores com o auxílio da ciência possam ser voltadas aos interesses das camponesas e dos campo-

neses, facilitando a produção de alimentos saudáveis; a organização coletiva do grupo familiar seja voltada à construção de novas formas de vivência e convivência de maneira a superar as relações da família patriarcal e machista; a construção coletiva de espaços de poder partilhado de mulheres e homens, tanto nos espaços privados quanto nos públicos; mudança nas relações humanas, construindo uma visão ampla e integral da vida, do ser humano e de desenvolvimento sustentável do planeta; respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, econômica, cultural, ecológica e de espiritualidade (MMC, 2016, *on line*).

Essa aproximação entre mulheres e agroecologia (e também entre feminismo e agroecologia) vem crescendo não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Alguns pontos salientados em praticamente todas as manifestações públicas, publicações de relatos e experiências divulgados pelos coletivos de mulheres camponesas e mulheres agroecológicas são a participação feminina na produção, no preparo e na conservação dos alimentos, conservação entendida de forma ampla, como conservação das espécies e práticas agrícolas e, portanto, conservação da sociobiodiversidade, sementes e patrimônio genético. Esses mesmos pontos também aparecem de maneira implícita e explícita em vários conceitos da economia feminista, tais como a esfera reprodutiva e a sustentabilidade da vida, e do ambientalismo feminista, como a ética do cuidado, a interdependência entre humanos e não humanos, os limites para o crescimento econômico e a empatia com a natureza.

A economia feminista é uma corrente composta por diversas vertentes que em comum destacam o caráter androcêntrico (tomar o *homo economicus* como parâmetro universal de racionalidade e ação humana) das diferentes teorias e conceitos da economia e suas implicações na interpretação da esfera econômica e social e no próprio funcionamento concreto dessas esferas. Destaca-se a relação entre trabalho e gênero e a invisibilidade dos trabalhos exercidos historicamente pelas mulheres. Mostra-se as consequências da divisão com base no sexo, que prevalece nas sociedades modernas ocidentais de forma generalizada, entre “trabalho produtivo”, o trabalho reconhecido socialmente, que possui valor de troca e é realizado no espaço público; e “trabalho reprodutivo”, que é realizado no espaço doméstico e/ou privado e não possui valor de troca. Os trabalhos que ocorrem na esfera doméstico-privada, realizado geralmente por mulheres, receberam historicamente um reconhecimento social inferior em comparação aos trabalhos realizados no mundo público, majoritariamente pelos homens.

O trabalho familiar/doméstico, também chamado pela literatura feminista de “trabalho de reprodução social”, de “sustentabilidade da vida” ou associado aos “processos sociais de satisfação das necessidades”, é realizado de forma gratuita ou sub-remunerada, mesmo sendo uma parte essencial do funcionamento da estrutura produtiva do capitalismo. Esse primeiro “antagonismo de classes” (como reconheceram

os próprios Marx e Engels) continua sendo um motor básico do capitalismo e afetando a vida cotidiana das mulheres, principalmente a das classes populares.

A economia feminista, com suas distintas vertentes, tem contribuído para dar visibilidade e promover debates sobre a importância do trabalho voltado à “reprodução e a sustentabilidade da vida humana”. Carrasco (2003) aborda a interdependência existente no sistema capitalista entre a obtenção de lucro e o cuidado com a vida humana. O cuidado com a vida humana e com as necessidades básicas têm uma dimensão objetiva (necessidades biológicas) e outra subjetiva (que inclui afeto, cuidados, segurança psicológica, relações e laços humanos significativos). Os trabalhos domésticos estão voltados, em grande parte, a atender essas duas dimensões das necessidades humanas.

Esses trabalhos realizam-se em um contexto social e emocional distinto daquele do trabalho assalariado ou remunerado realizado fora do âmbito doméstico. No entanto, o segundo depende do primeiro, embora o nexo entre o trabalho doméstico e a produção capitalista seja intencionalmente ocultado, segundo Carrasco, como uma estratégia para facilitar o repasse de parte significativa dos custos de produção capitalista para o âmbito doméstico, o que significa, em grande medida, para as mulheres e mães (cf. Carrasco, 2003, p. 18-9).

Em menor ou maior medida a ética do cuidado está relacionada a todas as vertentes de ecofeminismos existentes na atualidade. O ecofeminismo pode ser definido, em uma aproximação inicial, como uma concepção feminista e um movimento que “estabelece relações entre a exploração e a degradação do mundo natural e a subordinação e opressão das mulheres” (Mellor, 2000, p. 16). Tem sua origem na década de 1970, juntamente com a segunda onda do feminismo e o fortalecimento dos movimentos verdes, e estabelece alianças entre o feminismo e o ecologismo, além de promover uma crítica teórica e uma mobilização social para enfrentar os impactos negativos do “desenvolvimento humano”, a partir de uma perspectiva relacional entre humano, natureza e gênero.

A ética do cuidado surge como conceito teórico a partir do debate, na década de 1980, no âmbito da filosofia moral. Algumas filósofas questionam a hierarquização tradicional na ética que entende a empatia e virtudes relacionadas com a atenção como formas elementares e inferiores da moral (cf. Puleo, 2011, p. 53). Como a economia feminista, a ética do cuidado coloca em evidência a marca de gênero que desvaloriza valores e virtudes relacionadas ao feminino e as práticas das mulheres no âmbito doméstico, tais como o cuidado com as pessoas dependentes, em contraposição à valorização das virtudes e valores masculinos e tarefas desempenhadas no espaço público.

Também discutindo a importância de colocar a “sustentabilidade da vida como centro da sociedade”, Orozco questiona qual seria “a vida que merece ser vivida” (Orozco, 2014, p. 79). A autora coloca-nos diante da vida como uma possibilidade, não

como uma garantia, e viver uma “vida precária” ou uma “vida bem vivida” depende de condições proporcionadas justamente pelas ações de cuidado, a disposição à vida em comum, a consciência da “interdependência como primeira linha analítica e política”. A vida bem vivida, portanto, tem relação direta com a sustentabilidade da vida e a noção compartilhada de “bem viver” (Orozco, 2014, p. 79-80).

A base argumentativa e conceitual da economia feminista e do ecofeminismo (a partir das autoras trabalhadas neste artigo) parte da crítica à razão instrumental e sua lógica de separação entre a natureza e os humanos, e seus desdobramentos nas concepções econômicas e nas visões desenvolvimentistas. Outro ponto fundamental decorrente do primeiro é relacionar uma lógica instrumental e predatória com relação à natureza e às lógicas do patriarcado que permitiram e continuam permitindo diversos tipos de violência contra as mulheres e a exploração de seus corpos e trabalho.

O ecofeminismo também aprofunda a crítica dos impactos negativos de transformações no ambiente natural e de trabalho (e também de tecnologias) na qualidade de vida e na saúde das mulheres, ampliando o trabalho de organizações como o Coletivo de Mulheres de Boston,⁴ que desde a década de 1970 vem atuando com esse tema. Outras vertentes ecofeministas, como o “ecofeminismo do sul” da indiana Vandana Shiva (Shiva, 1995, p. 81), destacam o impacto negativo da deterioração ambiental para as mulheres das regiões mais pobres do planeta. Elas passam a enfrentar maiores dificuldades para utilizar e obter recursos fundamentais para a subsistência de suas famílias e também se tornam mais expostas à contaminação e aos impactos de grandes empreendimentos, como hidrelétrica e mineração, em seus territórios. Essas aproximações são determinantes para construção da crítica feminista como crítica ecológica, inter-relacionando patriarcado, mercantilização capitalista e exploração da natureza.

Ambas as correntes feministas – economia feminista e ecofeminismo – postulam uma ética do cuidado que se estenda aos não humanos (biocêntrica) e que coloque a sustentabilidade e a continuidade da vida como princípio norteador das ações políticas e econômicas. Não se deve confundir, no entanto, a lógica do cuidado com a “ética reacionária do cuidado”, ou seja, uma ética que impõe às mulheres a responsabilidade de “levar adiante a vida” em um sistema que simultaneamente impõe as tarefas de cuidado às mulheres, colocando-as como um âmbito invisível e fora da economia (Orozco, 2014, p. 90). Também Puleo (cf. 2008, 2011) reforça a necessidade de atenção para

⁴ Como discutido por Puleo (2011, p. 15-17), o trabalho de décadas da organização feminista Our Bodies Ourselves (ou Coletivo de Mulheres de Boston) vem dando visibilidade às pesquisas que apontam a relação existente entre a maior gordura corporal e a fixação de substâncias tóxicas, a maior sensibilidade à toxidade em fases de mudança do corpo feminino (como durante a menopausa e a gravidez), o excessivo uso de compostos químicos na limpeza das casas, mulheres mais afetadas pela síndrome de hipersensibilidade química múltipla, cirurgias estéticas, tratamentos hormonais, pílula contraceptivas, entre outras. Outros estudos recentes, como os trazidos pelo grupo de meio ambiente do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) na publicação *Chemicals and gender* (United Nations, 2011), ressaltam a importância de políticas de gestão de tóxicos que levem em conta a diferença entre homens e mulheres.

não produzir e reproduzir abordagens que permitam leituras essencialistas das mulheres no ecofeminismo. Por isso a autora apresenta a proposta de um ecofeminismo ilustrado, um tipo de ecofeminismo que deve ser, antes de tudo, “um pensamento crítico que postule a igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres, além disso, que seja intercultural e afirme a unidade e continuidade humano-natureza” (Puleo, 2008, p. 4).

A crítica à dicotomia entre produção e reprodução e a postura de colocar a “sustentabilidade da vida” no centro das relações sociais e econômicas também está presente nas propostas éticas, políticas e de produção-reprodução cultural e material de mulheres camponesas vinculadas ao movimento agroecológico. Em sua prática diária, os trabalhos realizados pelas mulheres camponesas e agricultoras estão relacionados (não exclusivamente, mas significativamente) à produção para a subsistência e ao espaço mais contido do “quintal”, como no cultivo de hortas, nos pomares e nas criações de pequenos animais:

As mulheres agricultoras são profundas conhecedoras da seleção de sementes, domesticação das espécies, experimentos de combinação de plantas que asseguram a qualidade da dieta familiar, a estabilidade do ecossistema e a biodiversidade (...). Essas práticas convergem com a agroecologia (Nobre, 2015, p. 26).

Como o objetivo primordial dessas atividades não é gerar dinheiro, também não aparecem como trabalho, mas como mera “ajuda”, mesmo sendo uma condição fundamental para a existência da própria família e da agricultura familiar, como analisaram, além de Nobre (2015), autoras como Siliprandi e Cintrão (2011) e Jalil (2009).

Situações que ilustram essa situação compõem capítulos em muitas histórias de vida de mulheres camponesas brasileiras, de norte a sul, que adentraram o universo agroecológico. A busca pela produção e reprodução da vida tem como base o atributo do “cuidado”, de quem se coloca como a zeladora não apenas da saúde da família, mas também da saúde da propriedade onde produz seus alimentos. É o que verificamos no interior da Paraíba, em uma cidade da microrregião do Cariri ocidental (cf. Jesus, 2014). A adoção da agroecologia como modelo de produção surge da preocupação com a saúde da família, a partir do registro de mortes e doenças como câncer e problemas respiratórios devido ao intenso uso de agrotóxicos nas culturas de pimentão e tomate.

Por exemplo, uma agricultora da região tomou para si a responsabilidade de implantar um novo sistema produtivo, com base em tecnologias agroecológicas, para mudar radicalmente a vida de sua família e acabou por influenciar uma região inteira. Como relatado por ela, que se tornou uma liderança local por praticar a agricultura agroecológica com afinco, mudanças significativas foram sentidas na dinâmica familiar:

... hoje em dia a gente se alimenta com qualidade, é também uma mudança de vida. Assim, você trabalha junto com sua família, filhos e já vê um futuro que vai se fortalecer, porque eu estou ficando velha, meu esposo está ficando velho, mas os filhos podem tomar conta, podem tocar a produção para frente (Jesus, 2014, p. 61).

Quando as mulheres rurais extrapolam o espaço familiar e começam uma organização política em coletivos, organizações e movimentos sociais, em busca de visibilidade e valorização, levam para esses espaços públicos outras lógicas de cuidado com a vida humana e não humana e de sustentabilidade da vida. Diversas experiências de organização das mulheres rurais em coletivos e movimentos sociais autônomos de mulheres no Brasil e na Argentina (cf. Lima, 2015b; Siliprandi, 2015) também mostram a relevância das mulheres na construção e manutenção de alternativas ao modelo convencional de agricultura. O trabalho de Siliprandi mostra como as trajetórias individuais e coletivas misturam-se na formação de grupos de mulheres e lideranças femininas rurais que têm sido protagonistas na construção da agroecologia no Brasil.

Outra experiência significativa foi a criação de um instrumento e método poderoso para dimensionar, divulgar e valorizar o trabalho das mulheres rurais, a caderneta agroecológica (CA). Ele foi criado pelo Grupo de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) para auxiliar no gerenciamento das unidades de produção familiar. Nesse “caderno de campo”, as mulheres passaram a anotar todas as saídas, entradas, trocas e vendas, enfim, anotar de forma sistemática tudo que é produzido por elas em sua chácara ou unidade produtiva familiar.

A CA foi elemento fundamental do trabalho de acompanhamento e sistematização das informações coletadas pela pesquisa intitulada “caderneta agroecológica” do Programa Mulheres e Agroecologia, vinculado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). Ela se transformou em poderoso instrumento para visibilização do aporte econômico das mulheres, mas, muito mais do que isso, mostrou o aporte das mulheres para a sustentabilidade da vida, o cuidado com a alimentação e com o meio-ambiente e a manutenção da biodiversidade. Diante da constatação de que as desigualdades nas relações de gênero constituem um obstáculo à construção de estilos mais sustentáveis de desenvolvimento, as organizações têm buscado novos enfoques metodológicos sensíveis a essa temática;

nesse sentido, a CA ganha legitimidade, na medida em que busca dimensionar a contribuição produtiva das mulheres camponesas, consolidando a premissa de que sem feminismo não há agroecologia (Lopes *et al.*, 2015, p. 45).

Apartir de janeiro de 2014, a equipe responsável pelo monitoramento do projeto com a caderneta agroecológica visitou um grupo de 64 agricultoras em 14 municípios da Zona da Mata. Nesse trabalho de campo foram recolhidas informações sobre o dia

a dia das mulheres, com realização de entrevistas semiestruturadas, visitas a campo e análises dos dados: “foi possível compor um quadro revelador da efetiva contribuição feminina na gestão dos agroecossistemas” (Lopes *et al.*, 2015, p. 46). Entre os “dados reveladores”, os responsáveis pela sistematização dos resultados apontam:

- (1) notável diversidade biológica dos quintais, graças ao refinado trabalho de manejo realizado pelas mulheres (142 espécies de hortaliças, plantas medicinais, flores, árvores frutíferas e pequenos animais);
- (2) emprego de um conjunto de práticas agroecológicas (como cobertura morta, adubação orgânica, caldas caseiras, homeopatia aplicada à família e também à agricultura, uso responsável das fontes de energia e rotação de culturas);
- (3) significativa produção para o autoconsumo, uma vez que a maior parte da alimentação das famílias provém dos quintais, sendo que, em média, 70% de todos os produtos consumidos mensalmente são cultivados pelas mulheres (Lopes *et al.*, 2015, p. 46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cuidado-labor com a casa, a horta, os familiares, a produção e o preparo do alimento fazem parte das práticas e das necessidades cotidianas de grande parte das mulheres que praticam a agroecologia em suas unidades familiares rurais. A qualidade (não contaminação e diversidade) e acesso (quantidade suficiente e autossuficiência) são parte do atendimento de necessidades físicas e afetivas que se constituem nas relações entre os familiares e a comunidade, mas também entre gente, plantas e animais. Essa dimensão esteve presente no discurso de várias entrevistadas em pesquisa realizada junto ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Brasil e vários movimentos na Argentina (cf. Lima, 2015b, p. 60). O cuidado cotidiano com a vida também é parte de seus chamamentos para a luta e princípios, como “mulheres camponesas gerando vida e alimentos”; “primeiro a cozinha e o posto de saúde”, “mulheres camponesas contra a mercantilização da vida”, “produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”, entre outros.

Os movimentos de mulheres camponesas e a agroecologia avançaram na crítica à neutralidade tecnocientífica e à universalidade do conhecimento. No entanto, a agroecologia, de forma mais ampla, enquanto movimento, ciência e conjunto de práticas agrícolas ainda não considera o gênero uma categoria relevante e, portanto, negligencia as questões sobre desigualdade de gênero e a própria contribuição das mulheres para o movimento e a construção e transformação do conhecimento agroecológico.

Ao resistirem ao modelo de agricultura convencional, os movimentos que atuam tendo como foco principal ou como um dos eixos centrais de atuação a promoção da agroecologia questionam a neutralidade das tecnologias e do conhecimento científico. De maneira explícita, movimentos rurais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/Brasil) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) mostram sua resistência à ciência convencional e às novas agrobiotecnologias por serem portadoras de valores que promovem modos de desenvolvimento agrícola destrutivos do ponto de vista das práticas camponesas e suas concepções sobre sustentabilidade e autonomia. O MMC relaciona os padrões tecnocientíficos convencionais identificados com as novas agrobiotecnologias (tendo a semente transgênica e os agrotóxicos como dois objetos centrais das lutas) às constantes ameaças à segurança e à soberania alimentar, entendendo a ciência e a tecnologia hegemônicas como parte de interesses políticos e econômicos que se opõem aos interesses dos camponeses e das mulheres.

As experiências com as mulheres (rurais/camponesas/agricultoras) trazem como aprendizado um entendimento da relação entre a vivência cotidiana, visões de mundo e resistência que inverte uma possível interpretação de vitimização ou que sublinha apenas a falta de poder, igualdade ou opressão. Esse aprendizado instiga-nos a pensar sobre a capacidade de ressignificação da política, do público e do privado e das práticas sociais. A relação entre discurso político, práticas cotidianas, lógica do cuidado e concepções éticas mostra-se como um dos aspectos mais interessantes na constituição de uma “epistemologia engajada” e forjada no mundo da vida, por vivências de interdependência e sustentabilidade que reforçam as propostas éticas e políticas.

Além disso, nos discursos das mulheres organizadas no Brasil em torno da agroecologia, está presente uma proposta de manter as tarefas de cuidado (com humanos e natureza), o comprometimento com a diversidade e com a sustentação das famílias e da vida como responsabilidades das mulheres. Esses labores devem estar no centro da reprodução-produção social, compartilhados e estendidos, no sentido de uma universalização da ética do cuidado e do desenvolvimento de possibilidades de re-encantamento do mundo, como forma de estender o sentimento de empatia e as práticas de cuidado à natureza, da qual somos parte.

As ações protagonizadas por mulheres, dentro de experiências de resistência ao modelo convencional de agricultura (como as agroecológicas), têm contribuído para ressignificar e para valorizar um conjunto de atividades a cargo das mulheres – cuidado da família, dos mais velhos e doentes, das hortas, animais domésticos e plantas medicinais – que eram invisíveis ou desprestigiadas enquanto práticas agrícolas e sociais por não terem valor “monetário” claramente identificado. Esse caminho foi aberto por elas e continua sendo “feito ao caminhar”. Do ponto de vista da produção de conhecimentos, dentro e fora dos ambientes de pesquisa científica, parece importante olhar para as dimensões e interações que nos apontam e para os modos pelos

quais a perspectiva feminista permite não apenas enxergar, mas também interagir e construir junto valores éticos e epistêmicos, enquanto potências que podem iluminar outros caminhos teóricos e formas de organização social que sustentem e cuidem da vida humana e não humana. ☞

Márcia Maria TAIT LIMA
Pós-doutorado em Filosofia,
Departamento de Filosofia,
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Hmanas,
Universidade de São Paulo, Brasil.
marcia.tait@gmail.com

Vanessa BRITO DE JESUS
Laboratório de Comunicação Aplicada e Tecnologia,
Simon Fraser University, Canadá.
vmbjesus@gmail.com

Questions on gender and technology in the construction of agroecology

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the role of women in the development of agroecological thought in Brazil, which has been discussed as a proposal that combines science, technology and social movement guided by ethical and epistemological premises in which the environmental features, cultural plurality, respect for different peoples, as well as non-exploitation in labor and commercial relations are central. Although agroecological thought is progressive, it has been maintained in various discussions among peasants themselves and within militant and Brazilian academic environments that it still reproduces gender inequality. Agroecology is, broadly speaking, a form of family farming that has always had widespread participation of women. However, it has only been in a little more than the past two decades that female labor in family farming, and also in agroecology, has been considered in a way that takes into account its real contribution. We will discuss that there is no agroecology without feminism, in the sense that there are women, who occupy central positions and maintain various types of resistance to the conventional model of agricultural production within the organization of agroecological social movements, and in their associative productive practices. This seemingly paradoxical relationship between relevant contributions of women to agroecology and the denial of gender issues in it will be discussed, seeking to establish dialogues between women's contribution to agroecological thought and the feminist perspective.

KEYWORDS • Technology. Agroecology. Gender. Resistance.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, M. V.; SILIPRANDI, E. & PACHECO, M. E. Mulheres no congresso brasileiro de agroecologia. *Revista Agriculturas*, 6, 4, p. 32-48, 2009.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.
- ANA & ACTIONAID BRASIL. *Mulheres e agroecologia: sistematização de experiências de mulheres agricultoras*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/sistematizacao_mulheres_ANA.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.
- ANJOS, A. B. Mulheres da agroecologia: a luta por igualdades de direitos. *Revista Fórum Semanal*, 149, on line, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/digital/149/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>>. Acesso em: 01 jul. 2016.
- BARRAL, M. J.; MACALLÓN C. M. & SANCHES M. D. (Ed.). *Interacciones ciencia y género*. Barcelona: Icaria Editorial, 1999.
- BUTTO, A. & DANTAS, I. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA. *Plano nacional de agroecologia e produção orgânica*. Brasília: MDS/CIAPO, 2013.
- CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CARDOSO, E. M.; MARONHAS, M. & SCHOTTZ, V. É trabalho, não é ajuda. *Revista Agriculturas*, 12, 4, p. 48-53, 2015.
- CARRASCO, C. A. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N. & NOBRE, M. (Org.). *A produção do viver*. São Paulo: SOF, 2003. p. 11-49.
- CARRASCO, C. A. (Org.). *Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: Viento Sur, 2014.
- CARVALHO, D. Desperdício. Custo para todos. Alimentos apodrecem enquanto milhões de pessoas passam fome. *Desafios do Desenvolvimento*. 6, 54, p. 49-55, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1256:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. *Características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- DAGNINO, R. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- _____. *Tecnologia social. Contribuições conceituais e metodológicas*. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba/Insular, 2014.
- FAO. No Brasil, 13% dos agricultores são mulheres. Notícias FAO. 2013. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/nB13pasm.asp>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: SABATO, H. P. M. et al. (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009. p.11-28.
- FARIA, N. & NOBRE, M. (Org.). *A produção do viver*. São Paulo: SOF, 2003.
- FERRO, S. *Estudio comparativo regional de asistencia técnica y extensión rural con perspectiva de género*. Programa Regional de Género de la Reunión Especializada de la Agricultura Familiar del MERCOSUR, 2014.
- FRANÇA, C. G. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.
- GALVÃO, A. Pela vida das mulheres e pela agroecologia. *Revista Agriculturas*, 12, 4, p. 5-14, 2015.
- GARCÍA, M. I. G. El estudio social de la ciencia en clave feminista: género y sociología del conocimiento científico. In: BARRAL, M. J.; MAGALLÓN C. M. & SANCHES M. D. (Ed.). *Interacciones ciencia y género*. Barcelona: Icaria Editorial, 1999. p. 34-54.

- GLASS, V. IPEA. *Desafios do desenvolvimento*. Seção Agricultura. Agricultura em Família. Brasília, 8, 66, p. 52-7, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 08 mai. 2016.
- GLIESSMAN, S. *Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible*. Turrialba: Catie, 2002.
- GUZMÁN, E. S. *La agroecología como estrategia metodológica de transformación social*. Córdoba: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, 2004.
- HERRERO, Y. Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario. In: CARRASCO, C. (Org.). *Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: Viento Sur, 2014. p. 144-61.
- HORA, K.; MACEDO, G. & REZENDE, M. (Org.). *Coletânea de estudos rurais e gênero*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.
- IPEA. Mudanças recentes na pobreza brasileira. *Comunicados do IPEA*. 15 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110915_comunicadoipea111.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2016.
- JALIL, L. M. Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- JESUS, V. M. B. *Para além da “apropriação”: disputa entre racionalidades e construção de novos códigos técnicos em uma experiência de tecnologia social*. Campinas, 2014a. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Departamento de Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. Resignificação de tecnologia: transição agroecológica e tecnologia social à luz dos aportes da filosofia da tecnologia. In.: NEDER, R. T. & COSTA, F. M. P. (Org.). *Ciência, tecnologia, sociedade (CTS) para a construção da agroecologia*. Brasília: Editora da UnB, 2014b. p. 1-20.
- LACEY, H. *Valores e atividade científica 1*. São Paulo: Scientiae Studia/Editora 34, 2008.
- _____. *Valores e atividade científica 2*. São Paulo: Scientiae Studia/Editora 34, 2010.
- _____. Scientific research, technological innovation and the agenda of social justice, democratic participation and sustainability. *Scientiae Studia*, 12, Special issue, p. 37-55, 2014.
- _____. A agroecologia: uma ilustração da fecundidade da pesquisa multiestratégica. *Estudos Avançados*, 29, 83, p. 175-81, 2015.
- LIMA, M. M. T. Camponesas, feminismos e lutas atuais: resistência e potência na construção de epistemologias do Sul. *Mundos Plurales*, 1, 2, p. 77-102, 2015a.
- _____. *Elas dizem não! Mulheres camponesas e a resistência aos cultivos transgênicos*. Campinas: Librum, 2015b. E-book. Disponível em: <<http://www.librum.com.br/elasdizemnao/info/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- LOPES, N. et al. Caderneta agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. *Revista Agriculturas*, 12, 4, p. 42-7, 2015.
- MELLOR, M. *Feminismo y ecología*. México: Siglo Veintiuno, 2000.
- MMC. *Lutas*. 2016. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/47>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- _____. *Marcha mundial das mulheres: carta aberta a Francisco Caporal*. 20 dez. 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/12/20/carta-aberta-a-francisco-caporal-sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- NEDER, R. T. (Org.). *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina, 2010.
- NEDER, R. T. & COSTA, F. M. P. (Org.). *Ciência, tecnologia, sociedade (CTS) para a construção da agroecologia*. Brasília: Editora da UnB, 2014.
- NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L. & VEZZANI, F. M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.
- NOBRE, M. Economia solidária y economía feminista: elementos para una agenda. In: NOBRE, M.; FARIA, N. & MORENO, R. (Org.). *Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecologia*. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-44.

- NOBRE, M.; FARIA, N. & MORENO, R. (Org.). *Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología*. São Paulo: SOF, 2015.
- OROZCO, A. *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.
- PACHECO, M. E. L. Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres. *Revista Agriculturas*, 6, 4, p. 4-8, dez. 2009a.
- PACHECO, M. E. L. (Ed.). Mulheres construindo a agroecologia. *Revista Agriculturas*, 6, 4, 2009b. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v6n4.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- PETERSON, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L. & VEZZANI, F. M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 69-103.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Regional human development report for Latin America and the Caribbean*. Santiago do Chile, 2010.
- _____. *Atlas do desenvolvimento humano*. Brasília: PNUD/Ipea/FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 8 mai. 2016.
- PULEO, A. H. Libertad, igualdad, sostenibilidad: por un ecofeminismo ilustrado. *Revista de Filosofia Moral y Política*, Madrid, 38, p. 39-59, 2008.
- _____. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Madrid: Cátedra, 2011.
- SABATO, H. P. M. et al. (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.
- SANTOS, B. S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista a uma ciência feminista? *Labrys Estudos Feministas*, 11, p. 45, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- SHUTTER, O. de. Assembleia Geral das Nações Unidas. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20110308_a-hrc-16-49-agroecology_en.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- SILIPRANDI, E. & CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, A. & DANTAS, I. (Org.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 153-91.
- TOLEDO, V. M. A agroecologia é uma revolução epistemológica. *Revista Agriculturas*, 13, 1, p. 42-5, 2016.
- UNITED NATIONS Development Programme. *Chemicals and gender*. 2011. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/en/publications/environment-energy/www-ee-library/chemicals-management/chemicals-and-gender/2011%20Chemical&Gender.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2016.
- VIA CAMPESINA. *Manifiesto internacional das mulheres da Via Campesina*, 2013. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/6-yakarta-2013/declaracion-y-mociones/1806-manifiesto-internacional-de-las-mujeres-de-la-via-campesina-2>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: Anpocs, 1996.
- WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. *Agronomy for Sustainable Development*, 29, 4, p. 503-15, 2009.